

# Dinâmicas territoriais recentes: rupturas ou manutenção de tendências?\*

Recent territorial dynamics:  
ruptures or trends' maintenance?

Rosa Moura

## Resumo

Teorias recentes sobre desconcentração, deslocalização, positividade do efeito-proximidade, ruptura das relações centro-periferia, entre outras, vêm influenciando a pesquisa e a produção acadêmica no Brasil. Estariam elas correspondendo às dinâmicas territoriais contemporâneas em curso em território nacional? Este artigo faz uma reflexão sobre esse questionamento. Toma como referência os resultados de pesquisa que identifica arranjos espaciais peculiares às dinâmicas territoriais brasileiras, movidas pela concentração e periferização, e suportadas por infraestruturas ainda carentes das novas tecnologias de comunicação.

**Palavras-chave:** arranjos urbano-regionais; dinâmicas territoriais; concentração; proximidade; periferização.

## Abstract

*Contemporary theories on deconcentration, relocation, positivity of proximity effect, breaking-off centre-periphery relations, among other themes, have been influencing research and academic production in Brazil. Would they be matching the ongoing contemporary territorial dynamics on national territory? This article aims to discuss this question. It takes as reference the results of a research that identifies singular spatial arrangements in Brazilian territorial dynamics, led by the concentration and peripherization processes and supported by poor infrastructures which still lack new communication technologies implementation.*

**Keywords:** *urban-regional arrangements; territorial dynamics; concentration; proximity; peripherization.*

## Aderência entre aporte teórico e realidade

Algumas hipóteses definidas a partir da literatura especializada, particularmente a internacional, que exploram processos espaciais, peculiaridades morfológicas e transformações nas relações intraurbanas resultantes de avanços nas tecnologias de comunicação e informação e na reestruturação produtiva apontam que se engendram espaços “pós-urbanos”, com a “deslocalização” da cidade pelos efeitos dessas tecnologias – muitas das quais indisponíveis nos países periféricos.

Entre outras, destaca-se ainda a hipótese de que a proximidade valoriza as articulações entre lugares e sujeitos, pelas possibilidades de trocas, criação, inovação, e por potencializarem recursos que levam à inserção do território nos circuitos mais modernos da divisão social do trabalho. T tamanha positividade se restringe ao próprio reconhecimento, por muitos autores, de que os efeitos positivos da proximidade não alcançam a totalidade do território e dos sujeitos atuantes, reforçando a fragmentação, a desigualdade e a exclusão.

Tais hipóteses, de certa forma impregnadas na literatura nacional, tornaram-se objeto de alguns estudos que, mais que buscar a aderência à realidade brasileira, tentam confirmar seus pressupostos e os conceitos a elas subjacentes por meio de estratégias teóricas que quase sempre acabam por mistificar a essência dos processos e dinâmicas territoriais, bem como de seus resultados efetivos.

O objetivo deste artigo é colocar em discussão a pertinência das hipóteses recorrentes à realidade brasileira, fundamentando-se na

releitura de algumas concepções da literatura consagrada, e refletir sobre sua pertinência no cenário de mudanças contemporâneas. Para tanto, vale-se de estudo sobre as dinâmicas territoriais afetas à metropolização no Brasil, que revela a configuração de espacialidades ainda mais concentradoras e desiguais – os arranjos urbano-regionais – que as que caracterizaram as fases precedentes da urbanização brasileira.

A abordagem inicia com uma síntese das características, da natureza e do conteúdo dos arranjos urbano-regionais, introduzida pela breve descrição da metodologia adotada para a identificação dos arranjos no conjunto dos mais de 5 mil municípios brasileiros. A síntese realizada serve de referencial para a sequência do artigo, que comenta algumas transposições do debate teórico ao universo dos arranjos identificados. As conclusões sinalizam que há uma tendência quase natural de incorporar, ajustar o uso e paradigmaticar conceitos e perspectivas teóricas, sem se aperceber e absorver nas pesquisas as particularidades e singularidades dos processos que peculiarizam cada geografia.

## Arranjos urbano-regionais: uma categoria concentradora

### Densidade e extensão

O estudo realizado sobre as dinâmicas territoriais que caracterizam a fase contemporânea da metropolização no Brasil identificou recortes espaciais morfológicamente aglutinadores de aglomerações e centros, concentradores de população, com elevada densidade urbana, relevância econômico-social e da infraestrutura

científico-tecnológica, os quais denominou arranjos urbano-regionais (Moura, 2009). Tais arranjos possuem forte articulação regional e extrema complexidade, devido à multiplicidade de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, conhecimento e de relações de poder que perpassam seu interior, por realizarem atividades intensivas em conhecimento e tecnologia, tendo como segmentos estruturadores os mais modernos da indústria de transformação ou funções terciárias superiores. Caracterizam-se, fundamentalmente, pela multiplicidade escalar, que é elemento ao mesmo tempo potencial e complexo para o desempenho de ações articuladas, práticas de cooperação e união na busca do desenvolvimento e da realização de funções públicas de interesse comum.

A identificação dos arranjos baseou-se numa sequência de procedimentos que incluiu, como primeiro passo, o resgate de classificações precedentes, construídas com outras finalidades, mas com resultados comparáveis, tendo sido mapeados todos os municípios apontados como integrantes de aglomeração urbana, segundo o IPEA (2002), de áreas de concentração de população, conforme IBGE (2008), e os inseridos em algum tipo de unidade institucionalizada (região metropolitana – RM, região integrada de desenvolvimento – RIDE, ou aglomeração urbana – AU), destacando nela os municípios classificados nos níveis de integração entre médio a muito alto, segundo Ribeiro (2009). O mapa produzido revelou as áreas nas quais se manifesta o fenômeno da aglomeração urbana (Figura 1).

Seguidamente, procedeu-se à combinação da análise fatorial com métodos da estatística de autocorrelação espacial, utilizando a localização geográfica dos dados para

identificar e descrever padrões de associação, principalmente de agrupamentos de áreas com valores semelhantes (aglomerados espaciais ou clusters), com base no Índice de Moran Local (Estatística LISA – Local Indicators of Spatial Association), conforme Anselin (1995). Foram empregados indicadores mais atualizados que os considerados nos estudos precedentes – dois expressando concentração (tamanho populacional, com base na Contagem da População 2007 e estimativas populacionais para os municípios com população superior ao limite para a Contagem, e tamanho da economia, ou PIB total município, de 2005) e dois expressando movimento (intensidade dos deslocamentos pendulares ou fluxos de pessoas para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência, em 2000, e participação do número de pessoas que saem do município para trabalho e/ou estudo sobre o total de pessoas do município que trabalham e/ou estudam) – e contemplou todos os municípios do Brasil criados até o Censo Demográfico de 2000. A espacialização dos resultados revela áreas de concentração mais densas, prolongadas por áreas menos densas que se estendem em descontinuidade, configurando grandes manchas que se individualizam no conjunto do território. Essas manchas formam desenhos mais complexos que os de aglomerações singulares, pois aglutinam desde grandes aglomerações urbanas a pequenos aglomerados e centros isolados em proximidade, assim como suas áreas rurais. Entre as porções mais concentradoras de população, PIB e com maior densidade de fluxos pendulares de população para trabalho e/ou estudo, classificadas pela análise de autocorrelação espacial em HH (*high/high*), HL (*high/low*) e LH (*low/high*), as espacializações mais aglutinadoras

de unidades espacialmente autocorrelacionadas (ou aglomerações) foram destacadas como possíveis arranjos urbano-regionais: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília/Goiânia, Porto Alegre, Curitiba/Leste Catarinense, Belo Horizonte, Salvador e Recife/João Pessoa (Figura 2). Observou-se que há forte aproximação dos resultados da análise de autocorrelação espacial ao conjunto de municípios apontados nas classificações precedentes (ver Figuras 1 e 2).

O AUR de São Paulo é fortemente aglutinador de outros grandes e pequenos arranjos vizinhos do próprio estado, do sul de Minas Gerais e da aglomeração de Volta Redonda/Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro, estabelecendo com eles articulação produtiva. Abrange, em seu núcleo contínuo, as aglomerações urbanas de São Paulo, Santos, Campinas, Sorocaba e São José dos Campos. O AUR do Rio de Janeiro extrapola a divisa estadual e se estende em direção a Juiz de Fora, em Minas Gerais, além de estabelecer relações com o AUR de São Paulo, pela articulação da aglomeração industrial de Volta Redonda. O AUR de Belo Horizonte articula municípios do entorno metropolitano e do Vale do Aço; o de Brasília/Goiânia incorpora Anápolis em relações que perpassam unidades da federação; o de Salvador extrapola os limites do aglomerado metropolitano, em direção a Feira de Santana; o de Recife adentra o estado da Paraíba, incorporando João Pessoa, e orienta-se a outras centralidades do litoral a norte e a sul. No sul do Brasil, o AUR de Porto Alegre se articula à aglomeração urbana de Caxias do Sul e a pequenas aglomerações do entorno, como Santa Cruz do Sul, Lajeado/Estrela, Gramado/Canela; o de Curitiba articula-se à aglomeração de Ponta Grossa e à ocupação contínua do litoral paranaense, centralizada por Paranaguá;

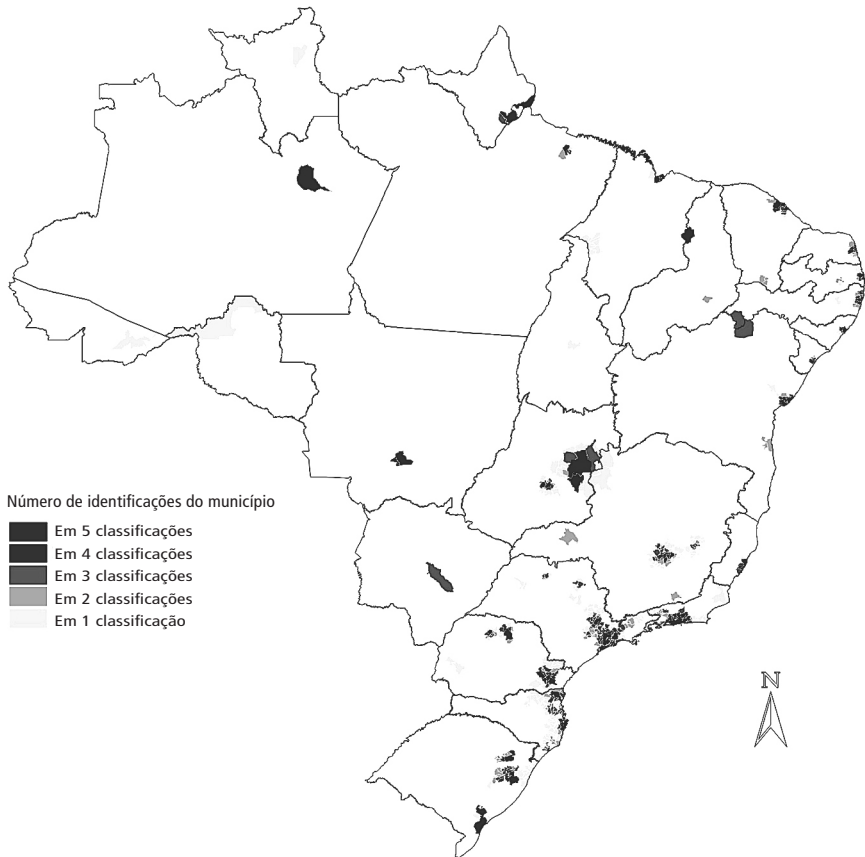
e o AUR do Leste Catarinense avança pelo eixo da BR 101, aproximando as aglomerações urbanas de Joinville, Itajaí, Blumenau e Florianópolis. As aglomerações de Fortaleza e Manaus demonstram importância urbano-regional, porém não descrevem espacialidades morfologicamente aglutinadoras e ampliadas que as classifiquem entre os arranjos mais complexos. Observou-se que há forte aproximação dos resultados da análise de autocorrelação espacial ao conjunto de municípios apontados nas classificações precedentes (ver Figuras 1 e 2).

Identificados os arranjos, procedeu-se à análise de sua natureza, a partir de comparações com os padrões descritos pelos movimentos pendulares da população, com base em tipologia desenvolvida especificamente para a pesquisa, e pelos estudos sobre a escala da rede urbana e regiões de influência das cidades (IBGE, 2008), escala da polarização econômica e tecnológica, particularizada para grandes espaços urbanos – GEUBs (Ruiz e Pereira, 2008), presença aglomerações e atividades industriais inovadoras (Lemos et al., 2005), e de atividades industriais com perfil de exportação (Moro et al., 2006). Observou-se, em todos os arranjos, a prevalência de elevada participação do conjunto da unidade no total da população e do produto interno bruto dos respectivos estados e regiões, assim como os maiores e mais intrincados fluxos de população para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência. Observou-se também que esses arranjos se estruturam a partir das principais centralidades da rede urbana do Brasil e que suas regiões de influência funcional, econômica e técnico-científica ultrapassam os limites dos estados/regiões onde se inserem. As principais aglomerações industriais brasileiras e

aglomerações industriais de exportação situam-se nesses arranjos, o que aponta para uma forte associação entre a atividade da indústria e

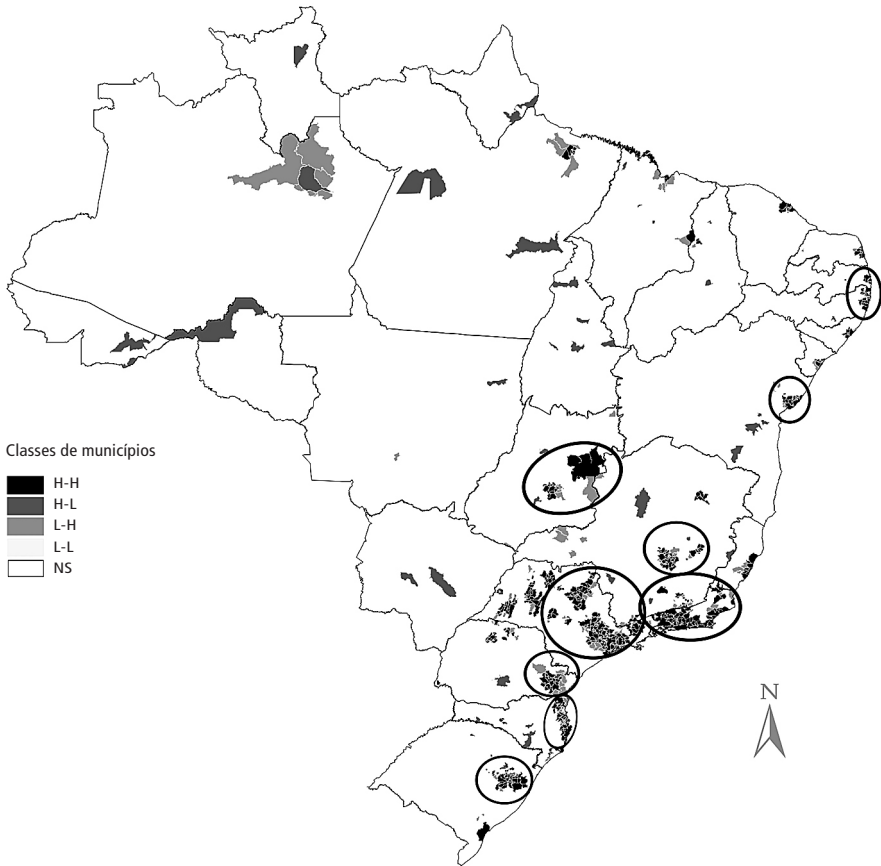
o fenômeno da concentração expandida. Os elementos observados confirmaram a natureza urbano-regional dos arranjos identificados.

Figura 1 – Aglomerações urbanas identificadas em classificações precedentes - Brasil



Fonte: IPEA (2002), Castello Branco (2003), Observatório das Metrôpoles (2005), IBGE (2008) e legislações pertinentes.

Figura 2 – Arranjos urbano-regionais – Brasil



Fonte: elaboração da autora.

## Conectividade e polarização

A abrangência da polarização das centralidades posicionadas nas classes superiores da hierarquia da rede urbana brasileira, majoritariamente estruturadoras dos arranjos urbano-regionais, assim como o desenho espacial dos arranjos condicionam-se à presença de um sistema de circulação de melhor qualidade, expresso na malha viária principal dos respectivos estados. Internamente aos arranjos urbano-regionais, a integração de um maior ou menor número de municípios e aglomerações ou centralidades vizinhas também se associa à existência desse sistema e de suas ramificações locais. Tal sistema viabiliza conexões e permite a aceleração de fluxos internos aos arranjos, dando suporte a uma relativa dispersão de atividades e à expansão horizontal da área ocupada, que alcança distâncias cada vez maiores. A descontinuidade física do espaço construído é superada pela intensidade dos fluxos favorecidos por esse sistema, como confirma o elevado movimento pendular da população para trabalho e/ou estudo e sua multidirecionalidade interna aos arranjos.

Contribui para o adensamento ao longo do eixo viário principal e suas ramificações o interesse das empresas em garantir elevada acessibilidade à infraestrutura e aos serviços, assim como a facilidade do contato com abastecedores e clientes. Isso explica a localização de novas atividades ao longo desses corredores viários, "*formando verdaderas redes de núcleos interrelacionados y especializados en actividades diversas que contribuyen, a su vez, a que se produzca una difusión por contigüidad de las mismas*" (Caravaca Barroso, 1998, p. 13).

Além da densidade física, o grau de polarização e a região de influência econômica dos arranjos se reforçam a partir de sistemas urbano-regionais internamente diferenciados e com fortes conexões inter-regionais por intensos fluxos de mercadorias e de pessoas. Os nove arranjos identificados têm como centralidades principais os GEUBs<sup>1</sup> que possuem as maiores escalas de polarização da população e do PIB, em relação aos demais GEUBs (Ruiz e Pereira, 2008). Também a capacidade tecnológica,<sup>2</sup> que reflete uma força polarizadora superior à expressa na geração e apropriação de renda, se concentra nos arranjos urbano-regionais. O Índice de Capacidade Tecnológica (ICT) mostra que, em geral, os GEUBs pertencentes aos arranjos urbano-regionais são centros tecnológicos e alguns incluem nessa condição municípios de sua área de influência, denotando uma significativa dispersão espacial da capacidade tecnológica na polarização.

As áreas que configuram arranjos urbano-regionais também guardam relação com a presença de aglomerações industriais que reforçam as relações internacionais e a inserção do arranjo na divisão social do trabalho. É o que torna evidente o estudo de Lemos et al. (2005) ao explicar a existência de indústrias favorecendo-se dos efeitos de transbordamentos e encadeamentos potencializados a partir dos fluxos entre localidades geograficamente próximas.<sup>3</sup> A análise, que identificou 15 aglomerações industriais relevantes (AIEs) que agrupam 254 dos 5.507 municípios brasileiros considerados e concentram 75% do produto industrial do conjunto das firmas do país, concluiu que mais de 90% do produto dessas aglomerações provêm de firmas que inovam e diferenciam e de firmas especializadas em

produtos padronizados, e que a interação entre essas firmas, por meio da proximidade geográfica, é um fator possivelmente relevante de dinamismo do conjunto da aglomeração. Esse dinamismo pode beneficiar inclusive firmas, aí localizadas, com menor produtividade e que não diferenciam produtos.

A distribuição espacial das AIEs é fortemente concentrada no território brasileiro, particularmente em corredores industriais bem delimitados nas regiões Sul e Sudeste. Comparativamente aos arranjos urbano-regionais identificados, exceto o de Brasília/Goiânia, todos incorporam as mais importantes das AIEs identificadas.

A mesma metodologia, aplicada para estimativas do grau de correlação espacial entre municípios com base em firmas industriais com potencial exportador, aponta um conjunto bastante similar de aglomerações industriais exportadoras (AIEs) (Moro et al., 2006). Dentre elas se distinguem as aglomerações de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Volta Redonda, Salvador, Porto Alegre/Caxias do Sul, Joinville e Curitiba, totalizando 213 municípios que concentram 61,8% do VTI e 53,5% das exportações. A discussão posta nesta análise evidencia possíveis transbordamentos espaciais entre municípios contíguos, ou seja, a existência de um efeito multiplicador do potencial exportador num espaço contínuo.

Tais aglomerações expressam a contiguidade geográfica como força centrípeta da atividade exportadora das firmas industriais, exatamente daquelas com “elevados requisitos locacionais, especialmente os relacionados às atividades intensivas em informação e conhecimento, que requerem escalas urbanas elevadas

e diversidade produtiva” (ibid., p. 116). Elegem, portanto, os arranjos urbano-regionais como localização privilegiada, ao mesmo tempo em que reforçam o padrão concentrador e a escala de polarização desses arranjos.

## Relevância e disparidade

Os resultados desse conjunto de trabalhos, tendo em vista os arranjos urbano-regionais identificados, sugerem que a indústria ainda é o elemento constitutivo determinante. Porém, o arranjo pode prescindir da presença da indústria para realizar fluxos em alta densidade, expandir-se geograficamente e assumir funções de natureza urbano-regional, como confirma o arranjo urbano-regional de Brasília/Goiânia. Sugerem também que nem sempre a presença da indústria altera a natureza das relações de um polo ou cria nexos indutores da expansão física e articulação com outros centros e aglomerados, seja por decorrer de uma produção especializada, seja por incidir sobre uma localização geográfica na qual não ocorrem centros ou aglomerações importantes nas proximidades – casos de Manaus e Fortaleza, com morfologias singulares de aglomeração urbana.

Deixam claro que há regiões “ganhadoras”, como apontam Benko e Lipietz (1994) e evidenciam que o contrário também é verdadeiro, pois seguem existindo regiões à margem do processo mais dinâmico expresso no território. Regiões essas que sustentam a consolidação e a expansão das regiões ganhadoras. Evidenciam ainda que no interior dos próprios arranjos ganhadores há porções e segmentos



menos ou mais incluídos em sua dinâmica. Tal desigualdade encontra ressonância no que observa Caravaca Barroso (1998, p. 14) quanto a que *"no todo son ventajas en los espacios considerados privilegiados en el nuevo modelo territorial por su capacidad para competir en la economía-mundo"*.

Verifica-se, assim, a complexidade da organização produtiva nacional, com enorme concentração do progresso técnico, o que gera uma modernização econômica altamente diferenciadora no âmbito das estruturas produtivas regionais, cria um mosaico variado em termos de produção e produtividade, amplia a desigualdade entre setores produtivos e regiões, e reforça a heterogeneidade estrutural. Em tal organização, os arranjos urbano-regionais se colocam como as mais propícias localizações à reprodução do capital, podendo ser considerados espaços ganhadores por excelência.

Observa-se, então, que o modelo de desenvolvimento mantém seu viés polarizador, mesmo que se percebam alguns movimentos difusores, e que a acumulação segue provocando a desigualdade, a concentração do crescimento nas grandes aglomerações urbanas e acentuando as disparidades intra e inter-regionais, articulando e incluindo os territórios funcionais e rentáveis, e excluindo os ineficientes ou pouco competitivos. O que diferencia essa fase de fases anteriores é o caráter ainda mais seletivo do modelo de acumulação. Por se basear na existência de redes, torna-se ao mesmo tempo mais interdependente e mais fragmentado. Nesse contexto, os arranjos urbano-regionais ampliam suas contradições e a desigualdade interna entre suas partes.

## Morfologias concentradoras e desiguais

A hipótese que orientou a pesquisa sobre os arranjos urbano-regionais foi de que processos concentradores vêm induzindo dinâmicas territoriais que resultam em arranjos espaciais aglomerados, cada vez mais expandidos, descontínuos, porém articulados e desiguais.

Concentração, conhecimento, mobilidade e conectividade, que agem como elementos essenciais no processo de metropolização, são inerentes à dinâmica produtiva em sua dimensão urbano-regional, estando relacionados aos estágios mais avançados da inserção do território na divisão social do trabalho. Dialeticamente, operam como condicionantes e resultantes dessa inserção, acionando as mais diversas escalas, ou seja, emanam da escala urbana, alcançam uma perspectiva regional e se inserem na escala nacional, constantemente se relacionando com a escala global. Tais elementos beneficiam-se da proximidade, mas, mesmo que desenvolvam um conjunto de atividades articuladas, complementares e dependentes, não configuram arranjos espaciais homogêneos, que unam funcionalmente todo o conjunto (de municípios, atividades ou pessoas) na mesma dinâmica produtiva ou que revertam com equidade as riquezas da produção.

A pesquisa desenvolvida confirmou a hipótese de que a concentração, em uma configuração espacial cada vez mais extensa e complexa, dá a tônica às dinâmicas territoriais no Brasil. Essa confirmação encontrou eco na literatura especializada nacional, embora tenha se deparado com autores que equivocadamente

forçam transposições simplificadas de teorias e hipóteses internacionais. Refutou, para o caso dos arranjos urbano-regionais analisados, as tendências de deslocalização, homogeneização dos efeitos da proximidade e ruptura das relações centro-periferia anunciadas pela literatura internacional. A discussão sobre essas hipóteses, introduzidas por questões, é aprofundada na continuidade deste artigo.

## Hipóteses recorrentes: aderência e desajustes

### Desterritorialização ou reconcentração da atividade econômica?

No quadro de reestruturação produtiva, particularmente pela desconcentração da atividade econômica a partir do polo dinâmico do Sudeste brasileiro, as aglomerações, ou suas partes dinâmicas, beneficiam-se da reprodução dos processos de desconcentração do polo nacional mais dinâmico e de reconcentração em novas (ou nem tão novas) áreas (Cano, 1995; Diniz, 1993 e 1999; Diniz e Crocco, 1996; Pacheco, 1998). Grande parte dos arranjos urbano-regionais identificados no Brasil encontra-se na rota desse processo desconcentrador; beneficiam-se dele, firmam-se como os principais centros na rede urbana brasileira e se consolidam como pontos (re)concentradores.

As alterações recentes da rede urbana, provocadas pela materialização espacial do processo de reestruturação produtiva e reorganização internacional do capital nos anos 1990, sintetizam esse perfil concentrador, posto que se definem pela permanência de uma estrutura

cujas mudanças se dá mais pela transformação dos principais centros em aglomerações urbanas que pela agregação de novas centralidades (Ipardes, 2000; IPEA, 2002).

Apesar do processo de reestruturação, particularmente da atividade industrial, constata-se que a própria indústria continua requerendo a concentração. Lencioni (2003a e b) mostra que a cisão territorial entre produção e gestão redesenha as proximidades e as distâncias de um território e instaura uma lógica descontínua que constitui a nova lógica da localização industrial. Como as condições de produção não estão disponíveis em toda a parte, mesmo a dispersão territorial da indústria encontra seus limites territoriais. Portanto, a ideia de desterritorialização da indústria, expressando extrema liberdade de localização do capital industrial, também deve ser colocada em seus devidos termos, recomenda a autora.

De certa forma, esses limites dimensionam os arranjos urbano-regionais. Cabe ressaltar, porém, que as relações de proximidade alcançam espaços cada vez mais extensos ao longo dos caminhos que tentacularmente fazem expandir as aglomerações, e por conseguinte os arranjos que se consubstanciam graças à intensa mobilidade de fluxos de pessoas e mercadorias, mesmo que sob condições precárias.

Num panorama de manutenção das lógicas que acionam as dinâmicas em curso, sustentadas por estratégias de desenvolvimento regional fragilizadas ou pactuadas sob condução majoritariamente corporativa na produção do espaço, e do modelo de produção e de apropriação da riqueza gerada, pode-se vislumbrar que são ínfimas (ou inexistentes) as possibilidades de reversão do processo concentrador.

Mesmo em um cenário de reestruturação produtiva e reorganização espacial do capital, as centralidades concentradoras que se emergem em território nacional – como produtos ou possibilidades a esse processo – reproduzem o mesmo perfil, acentuando os traços atuais dos arranjos expandidos multidirecionalmente, tornando-os ainda mais concentradores e desiguais.

Esse é o lado perverso da concentração: os indicadores de ótimo desempenho econômico, social e institucional não refletem processos capazes de impulsionar a inserção de todos os municípios que se agregam na aglomeração, muito menos alçar a uma condição de desenvolvimento a totalidade do território. É o que se deduz dos resultados constatados nas detidas análises intrarregionais e inter-regionais do arranjo urbano-regional de Curitiba, tomado como caso, em relação a outros recortes do estado do Paraná (Moura, 2009).

Assim, faz-se necessária a discussão de alternativas de desvio do curso dos processos, com base em estratégias e políticas de desenvolvimento, o que requer uma profunda compreensão da natureza do fenômeno urbano-regional, de sua origem, suas características e da multiplicidade de escalas que interagem em sua órbita, para que se possam trabalhar perspectivas de mudanças, possibilidades de reverter dinâmicas e resultados. Nessa direção, o “Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento” (Brasil, 2008), formulado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, defende o reforço à polinucleação como medida de desconcentração das áreas de maior densidade do país. O estudo está pautado na proposição de macro e mesopolos estratégicos

para o reordenamento do território, voltados a um Brasil policêntrico, visando reverter a tendência concentradora da rede urbana. Seria esse então um caminho?

## O efeito-proximidade supera disparidades?

A proximidade espacial permite a articulação de estratégias de desenvolvimento entre os segmentos atuantes na produção do espaço, de modo a criar externalidades que favorecem o conhecimento e a inovação, conjugando ações materiais, como a adequação, implantação e renovação de infraestruturas, e ações imateriais, movidas pelas trocas de conhecimento e informações. Mais que isso, reforça a representatividade política e o exercício de poder. Constata-se, entretanto, que a diversidade produtiva e a diversificação social se restringem às porções centrais dos arranjos espaciais configurados, que estabelecem relações verticais com outras aglomerações e centros da região/país/mundo, sem inserir a totalidade do conjunto na mesma interlocução, conforme já dito. A densidade dos fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações é intensificada entre poucos municípios, sem definir nexos que efetivamente consolidem articulações horizontais no espaço enquanto unidade, e sem romper com a totalidade contraditória que caracteriza tais arranjos.

O estudo desenvolvido confirma a reflexão de Benko e Lipietz (1994) quanto a que a criação de externalidades envolve e decorre dos municípios ou de partes de seu território que já detêm um mínimo de condições técnicas, científicas e institucionais capazes de contribuir

no processo inovativo. Esse conjunto melhor dotado passa a criar recursos para a atração e reprodução de atividades e investimentos, e a proximidade física, institucional e cultural, a condicionar a organização da base produtiva. A dimensão espacial dessa dinâmica de proximidades remete ao reforço e à expansão das aglomerações e a uma valorização do solo, a partir de investimentos urbanos que criam um espaço ao mesmo tempo diverso e desigual, concentrador e excludente. Os municípios ou partes do território de alguns não dotados dessas condições, e com pouca capacidade de articulação para conseguir um salto de qualidade, permanecem à mercê de tênues relações de vizinhança, das sobras do processo, ou completamente à sua margem.

Assim, desconstrói-se a hipótese de que a proximidade (espacial como não espacial) é capaz de propagar homoganeamente a inserção de lugares e sujeitos na dinâmica do desenvolvimento. Percqueur e Zimmermann (2005) mostram que a relação face a face cria as condições para o espaço facilitar o desempenho da coordenação, seja pela proximidade espacial, que permite o encontro, portanto o relacionamento de agentes com potencial a uma proximidade institucional, seja pela transferência da relação de um contexto de imersão a um outro, seja ainda pela interação direta, quando a relação é estabelecida e, sobretudo, quando compensa uma ausência ou insuficiência de proximidade não essencialmente espacial (organizacional ou institucional). Para esses autores, os dispositivos de coordenação não podem depender da única dimensão espacial, ou geográfica, da proximidade, mas de sua conjunção com as outras formas não essencialmente espaciais, como as já citadas. Então, essa conjunção é

capaz de fundar, pela coordenação que dela resulta, um processo de reforço que lhe assegura durabilidade.

Na mesma linha, Torre e Rallet (2005) argumentam que, mesmo numa economia cada vez mais globalizada, marcada pelo crescente nomadismo de firmas e mobilidade de indivíduos, a proximidade ainda importa. Porém, a simples proximidade geográfica pode não gerar sinergias nem criar interações entre atores econômicos e o nível local, precisando ser ativada pela proximidade organizacional – caso dos clusters, distritos e meios inovativos. Mais que isso, Gilly e Lung (2005) destacam a proximidade institucional, que representa a adesão dos atores às regras da ação comum, explícitas ou implícitas, a um sistema comum de representações ou mesmo de valores. Essa proximidade não depende de uma adesão perene de todos os atores, mas resulta de compromissos cotidianos provisórios entre os atores e seus interesses divergentes e contraditórios.

Portanto, condições históricas e culturais locais e a densidade de relações técnicas e políticas consolidadas dão efetividade aos benefícios da proximidade. A inexistência ou insuficiência dessas condições cria uma articulação frágil e efêmera, que pouco extrai dos efeitos dos encadeamentos e externalidades propiciadas pela proximidade. Certas abordagens, desconsiderando esse elemento fundamental, exaltam a capacidade endógena da escala local ou microrregional, como se estas por si só fossem capazes de desencadear um virtuoso processo de desenvolvimento.

Brandão (2007) faz uma crítica a essas vertentes teóricas simplificadoras, centradas no endogenismo. Estudos ligados a elas sugerem que os complexos produtivos territorializados

seriam capazes de gerar a cooperação e densificar as relações sociais a partir da aprendizagem e de aquisições diferenciais acumuladas, dada a proximidade física e o exercício da geração e apropriação de “sinergias coletivas”. Fazem crer na irrestrita possibilidade do voluntarismo, do empreendedorismo, em forças espontâneas, na capacidade de se coordenarem ações cooperativas e reflexões coletivas, baseadas na reciprocidade entre os integrantes da comunidade local, fortalecendo o tecido socioproductivo, mas relegando o papel do Estado e de fatores macroeconômicos. Negligenciam hierarquias inter-regionais e a realidade de que o comando dos processos pode estar fora do território singular, além de relevarem a hegemonia e o poder político. Em síntese, desconsideram as determinações profundas do regime social de produção capitalista, “que necessariamente leva às últimas consequências a mercantilização e a penetração recorrente da divisão social do trabalho em todas as possíveis dimensões temporais e escalas espaciais” (Brandão, 2007, p. 51). Escapam, portanto, a essas abordagens, as possibilidades de tratamento adequado das heterogeneidades estruturais dos países subdesenvolvidos.

Os arranjos urbano-regionais comprovam essa argumentação. Se, por um lado, conduzidas pelas centralidades principais, partes desses arranjos apresentam indicadores crescentes de positividade na expansão e diversificação da atividade econômica e das funções urbanas, por outro, porções incrustadas ou vizinhas ao seu conjunto mantêm desempenho irrelevante e indicadores sociais de aguda criticidade. Revelam que estar próximo não é suficiente para integrar e interagir com áreas imersas em dinâmicas de alta *performance*, pelo contrário,

pode significar ter que se arcar com efeitos subjacentes a essa dinâmica, sem usufruir os benefícios dela resultantes – as cidades dormitórios são um dos exemplos concretos dessa contradição.

## Desmetropolização ou fabulações em torno do fenômeno metropolitano?

No início dos anos 1990, Santos apontava tendência à aceleração do fenômeno da urbanização no Brasil e discutia a questão da “desmetropolização” – expressão muito em voga a partir da divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 1991, que revelava o baixo crescimento das metrópoles principais. Mostrava que, longe de representar uma reprodução do fenômeno da “desurbanização” encontrado em países do primeiro mundo, aqui o que “se está verificando é a expansão da metropolização e, paralelamente, a chegada de novas aglomerações” cuja principal característica é o desvanecimento da fronteira entre os municípios (Santos, 1993, p. 83). Tendência que se confirma tanto na expansão periférica quanto no surgimento de inúmeras outras aglomerações urbanas em território nacional, seja no entorno das capitais de estados, seja no interior, mas particularmente acercando-se das pioneiras aglomerações metropolitanas. Esse processo prenunciava os arranjos urbano-regionais.

Na Europa, Ascher (1995) coloca em perspectiva histórica e confirma a tendência de que a metropolização, longe de assistir a um recuo das metrópoles, e hoje a formação das metápoles, não aparece como fenômeno contingente, mas como forma avançada de um processo de urbanização que começou muito cedo na

história da humanidade e que não cessou de progredir até nossos dias. A metápole emerge como uma fase nesse processo de urbanização supra-histórico, como uma forma urbana coestruturada pelo uso das novas técnicas de comunicação, de conservação e de deslocamento dos bens, pessoas e informações. Metropolização e metapolização constituem, assim, um quadro no qual atuam forças econômicas, sociais, políticas e culturais, influenciando sua dinâmica e evolução. Segundo o autor, tal processo descarta a ideia da desmetropolização como o declínio das grandes cidades pela perda eventual de população de cidades centrais, pois esse fenômeno não é em nada contrário à metropolização, dado que exprime a recomposição funcional e social dos espaços metropolitanos. O que perfeitamente cabe no caso brasileiro.

Também para Veltz (1996), a metropolização da economia se afirma como a tendência principal do final do século XX, caracterizando-se como uma "economia de arquipélago". Nesse arquipélago, as aglomerações principais das redes urbanas nacional/regionais desempenham papel fundamental. As aglomerações metropolitanas reforçam sua centralidade e se apoiam no conjunto de outras aglomerações urbanas, que também se consolidam e permitem fluir as relações, expressando um movimento de recentralização do poder e reconcentração da riqueza. A concentração urbana (metropolitana) retoma seu papel estratégico na atração e fixação de ativos, na valorização do capital, agora como elo, por excelência, das articulações que se processam com a globalização da produção, do consumo e dos circuitos financeiros. Confirma-se o que Davidovich (2004) chama de "a volta das metrópoles", que

se liberam de sua condição patológica e retomam sua importância no pulsar da economia.

Com as mudanças advindas da globalização nas escolhas locacionais do capital, o fortalecimento das metrópoles se dá como suporte às relações internacionais, nas quais se localiza o comando do capital. Ao mesmo tempo, a centralidade urbana reitera seu papel fundamental na estruturação do espaço nacional. Storper e Venables (2005, p. 22) salientam as fortes evidências de que as inovações informacionais ou na estrutura física de transporte "não acarretaram o fim das tendências urbanizantes do capitalismo moderno. Ao contrário, reforçam a localização industrial e o conseqüente crescimento das cidades". Ademais, a força econômica do contato face a face, propiciado pelas cidades, contribui para a aglomeração espacial da atividade econômica e das pessoas, seja pelos efeitos de encadeamentos para frente e para trás das firmas, incluindo acesso aos mercados, seja pela aglomeração dos trabalhadores e pelas interações localizadas promotoras da inovação tecnológica. Em tais contatos ocorre tanto o que chamam de "burburinho das cidades" quanto a inserção dos segmentos sociais, instituições, empreendedores e trabalhadores e seus interesses no âmbito das decisões que regem a alocação espacial de atividades e pessoas, como mostra Markusen (2005).

Os arranjos urbano-regionais do território brasileiro, todos polarizados por aglomerações metropolitanas, refletem, mesmo em um quadro de relativa desconcentração nacional, como já abordado, a persistência da concentração espacial da atividade econômica, sob conexões geográficas mais complexas e mais dinâmicas, estabelecidas a partir da nova divisão

social e territorial do trabalho. Desmontam, assim, a hipótese referente à desmetropolização e contrariam as observações de estudos que detectam uma inflexão no fenômeno da concentração territorial no Brasil, suscitando a ideia de que as deseconomias de aglomeração têm induzido o deslocamento das atividades produtivas para as cidades médias interioranas e, conseqüentemente, elevado seu crescimento demográfico. A análise deixa claro que há uma importante participação de centralidades e aglomerações vizinhas às metrópoles na configuração dos arranjos urbano-regionais, mas dentro da limitação do espaço aglutinador desses arranjos, reforçando seu papel polarizador no sistema urbano nacional.

Contribuindo para clarificar algumas mistificações quanto às cidades de porte médio, Ribeiro e Rodrigues (2008) recomendam cautela ao se definir conceitual e operacionalmente essas categorias, posto que cidades que fazem parte de aglomerações metropolitanas possuem dinâmicas distintas de cidades, do mesmo tamanho, isoladas ou que polarizam algum outro tipo de aglomeração urbana. Municípios de porte médio inseridos em aglomerações metropolitanas apresentam desempenhos superiores aos demais, seja no que se refere ao PIB, seja no crescimento da população, além de que, mesmo com perda relativa perante o total do Brasil, é neles que se verificam os mais substanciais aumentos de postos de trabalho na indústria de transformação, com incremento da produtividade e de atividades com maior grau de tecnologia.

Tais observações também desconstróem alegações de que a metrópole, particularmente a paulistana, estaria vivendo um processo de

“desindustrialização”. Diniz e Campolina (2007) registram que, de fato, a queda no indicador de emprego na indústria de São Paulo não correspondeu à queda na produção, até porque sofreu os efeitos de compensação do aumento do emprego nos setores de comércio e serviços, o que poderia indicar uma reestruturação produtiva e não uma desindustrialização. Assim, tanto as análises dos arranjos urbano-regionais quanto outras, complementares, levam a concluir que há mais fabulações que fatos a confirmar a desmetropolização e outras noções correlatas em território brasileiro.

## Mudanças ou rupturas nas relações centro-periferia?

A extensão dos arranjos urbano-regionais e as diferentes morfologias que se aglutinam dando-lhes unidade, assim como a densidade de fluxos que perpassam seu interior, por vezes levam a crer que as relações centro-periferia cedem lugar a conexões variadas e polidirecionadas. Entretanto, ao se analisar o perfil das atividades desenvolvidas entre os distintos municípios que compõem os arranjos, observa-se que a centralidade principal se distingue sobremaneira dos demais municípios, pelo peso da concentração econômica, populacional e técnico-científica, pela diversidade funcional e, fundamentalmente, pelo poder que delas se emana. Em sua órbita, os demais municípios cumprem papéis complementares sob um espectro de relações que varia em graus de autonomia e dependência. Dessa forma, prevalece o binômio centro-periferia, mas se admite que tanto se transformam os centros e as periferias

como se complexificam as relações entre eles, pela multiplicidade de fluxos e de escalas que lhes dão sentido.

Veltz (1996) utiliza a metáfora das bonecas russas para representar a superação da expressão territorial hierarquizada em zonas embutidas, onde as atividades e funções se dão em cascatas da cidade capital aos núcleos rurais, e demonstrar que emerge um território de redes, onde o local e o global se interpenetram e realizam a economia de arquipélago. Refere-se ao espaço facilitado pelas redes de comunicações e transportes, o território-rede, sob efeitos da teleatividade e das conexões túnel. No caso das últimas, trata-se do desaparecimento dos efeitos da travessia entre duas paradas, com as novas tecnologias de transporte rápido e comunicações desativando a posição de meia distância, que outrora se beneficiou do dinamismo das pontas, conforme Ascher (1995). Esse território é caracterizado por um crescimento organizado geograficamente em filamentos, em redes lineares, em polímeros que contrastam com o modelo aureolar da geografia tradicional, em completa ruptura com o padrão christalleriano.

Tal reflexão contrapõe o modelo da economia territorial, no qual centro e periferia se opõem desigualmente, porém se acoplam ligados por mecanismos de interdependência, ao modelo da divisão *versus* exclusão, do espaço globalizado, no qual as solidariedades geográficas se fragilizam, o crescimento dos polos se deixa nutrir mais da relação horizontal com outros polos que das verticais, no próprio país.<sup>4</sup> Essa relação horizontal consolida as cidades como centros nodais em torno dos quais se articulam as novas dinâmicas da acumulação, sob impulso das políticas de

liberalização econômica, desregulação e das novas tecnologias, configurando o que Sassen (2007) denomina uma grande rede global de cidades transfronteiriças que funcionam como pontos estratégicos para as operações econômicas globais. Ressalta-se que essa expansão dos fluxos transfronteiriços conecta não só as cidades e aglomerações globais, como as cidades dos diversos níveis da hierarquia urbana, em fluxos que operam em circuitos altamente especializados e diferenciados, multidirecionais. Distintos circuitos especializados estariam se constituindo e redes particulares estariam conectando grupos particulares de cidades, conforme seus diferentes papéis na dinâmica internacional da economia.

Essas concepções aplicam-se a territórios onde a densidade técnica constrói sistemas fluidos e eficientes. No caso das cidades brasileiras, as tecnologias recentes pouco têm favorecido os meios de deslocamentos urbanos, e mesmo quando fortalecem, persistem nítidos sinais de saturação e ineficiência. Em se tratando de transportes intraurbanos, a marca das cidades brasileiras é o crescimento da frota sem a compatível adequação das vias de circulação; pesa sobre isso um sistema de transporte coletivo obsoleto e uma crescente demanda reprimida, o que dá margem a serviços clandestinos e precários. Grandes congestionamentos ocorrem no dia a dia e se replicam nas cidades latino-americanas. Lamentando-se sobre a Cidade do México, Villoro (2007, p. 6) metaforiza que *"las calles de la ciudad son un estacionamiento que a veces se mueve"*.

A precariedade também caracteriza os sistemas de circulação intermunicipal nas aglomerações metropolitanas. Contornos ou anéis que desviem o trânsito de longa distância do



interior das áreas centrais, assim como meios de transporte rápidos, que agilizem as conexões entre os vários pontos integrados desses espaços – incluindo os acessos aos aeroportos, que são os verdadeiros portais do contato material com a escala global<sup>5</sup> – ainda são reivindicações pouco esperançosas de atenção.

Assim, se no mundo desenvolvido mantém-se ou recoloca-se a importância das metrópoles, a despeito da densificação das relações em rede e da suposição de que os avanços nas tecnologias de comunicação e informação tenderiam a romper a importância das economias de aglomeração na organização do espaço urbano-regional, nos países periféricos esse tema é apenas virtual. Ou seja, em pouco se concretizaram as hipóteses quanto aos efeitos deslocalizadores e desconcentradores das novas tecnologias, ao contrário, as grandes metrópoles e suas aglomerações se reforçam no processo de reestruturação do capital. São as regiões ganhadoras, conforme Benko e Lipietz (1994).

Essa permanência da importância da metrópole, como já abordado, adquire ainda maior dimensão. Tanto confirma a aceção de Veltz (1996) sobre a metropolização da economia, quanto embasa a reflexão de Scott et al. (2001) sobre cidade-região global, que estende o significado do conceito em termos econômicos, políticos e territoriais, e reitera o papel dessas como nós espaciais essenciais da economia global e como atores políticos específicos na cena mundial. Também Sassen (1998, p. 76) admite que “as cidades são lugares fundamentais para a produção de serviços destinados às empresas”, no entanto, o crescimento dos serviços ocorre de modo diferenciado, de acordo com a inserção da cidade na rede urbana nacional, privilegiando porções do território.

Tal privilégio contribui para a expansão dos espaços aglomerados e para a formação do que, mais tarde, veio a chamar de megaregião (Sassen, 2007), que emerge como um território diverso em seu interior, no qual coexistem múltiplos tipos de economias de aglomeração, distribuídos entre diversos espaços econômicos e escalas geográficas.

É bom lembrar que, embora algumas das principais metrópoles, a exemplo de São Paulo, estejam globalmente interconectadas ao arquipélago transfronteiriço, há todo um conjunto de importantes aglomerações que apenas participam do diálogo global mediado pelas centralidades principais dos respectivos países, o que torna necessária uma leitura mais atenta às reflexões da literatura consagrada. Pradilla (1997, p. 46) observa que os territórios homogeneizados e incluídos pelo capital no sistema de acumulação em escala mundial, de fato, não são contínuos, e seu número reduzido os situa como “ilhas” de prosperidade em um “mar” de crescente atraso. Ilhas essas que, agregasse, restringem-se muitas vezes a partes interiores das próprias metrópoles.

Dessa forma, transformam-se as relações entre centro e periferia, mas não a ponto de menosprezá-las. Essas relações permanecem acionadas em países nos quais as redistribuições estatais são escassas e as relações entre centros da rede mundial de cidades restringem-se a essas poucas e desiguais ilhas. Enquanto o modelo contemporâneo de acumulação do capital, nos países centrais, provoca cada vez mais a divisão e a exclusão, percebe-se nas aglomerações latino-americanas o que Santos (1996) chama de um jogo dialético entre forças de concentração e dispersão na organização do espaço, no qual, neste período, as primeiras

são poderosas, mas as segundas permanecem igualmente importantes.

## Mais que rupturas e manutenção de tendências: transformações

Entre o ímpeto em se vislumbrarem tendências de novas configurações espaciais decorrentes dos avanços tecnológicos, posto na literatura internacional, e o desejo de encontrar referências no território brasileiro que confirmem tais tendências, percebido em parte da literatura nacional, a análise dos arranjos urbano-regionais oferece elementos que permitem discernir entre verdades e especulações.

A importância atual da concentração no Brasil se confirma nos arranjos urbano-regionais, que emergem como a manifestação espacial de maior relevância e complexidade nas dinâmicas territoriais engendradas pela metropolização. Tais arranjos correspondem às porções mais concentradoras e dinâmicas dos respectivos estados/regiões – a maioria dentro da própria “região concentrada” do Sul/Sudeste brasileiro, na concepção de Santos e Silveira (2001) –, que sustentam a divisão social do trabalho em sua perspectiva hegemônica. Sequer a reestruturação produtiva, a difusão de novas tecnologias de informação e comunicação e a reorganização espacial do capital lograram reverter as centralidades concentradoras que se consolidam em território nacional, como produtos ou possibilidades a esses processos. Diante dessa constatação, os arranjos urbano-regionais tornam-se as localizações

privilegiadas à reprodução do capital, num modelo de desenvolvimento que se mantém polarizador e que acentua as disparidades regionais, privilegiando territórios funcionais e rentáveis, em detrimento dos ineficientes ou pouco competitivos. Modelo esse ainda mais seletivo, interdependente e fragmentado, particularmente pela sua vertente reticular.

A partir da leitura atenta da dinâmica dos arranjos urbano-regionais, as análises refutam algumas teorias em voga. Concluem que, apesar da densificação das relações em rede e da ideia de que as tecnologias recentes de comunicação e informação tenderiam a romper a importância das economias de aglomeração na organização do espaço urbano-regional, mantém-se ou se recoloca a centralidade da metrópole e, conseqüentemente, das aglomerações em seu entorno. Ou seja, em pouco se concretizaram as hipóteses quanto aos efeitos deslocalizadores e desconcentradores dessas tecnologias, ao contrário, as grandes metrópoles se reforçam no processo de reestruturação do capital, passando a ditar o comportamento do sistema global. Refutam ainda a hipótese de que as relações centro-periferia sucumbem diante de um novo modelo, fragmentador e excludente. Constata-se que esse padrão de relações assume processos mais complexos e formas mais diversificadas, sempre associados ao modo de produção e acumulação do capital, no qual interagem forças de concentração e de dispersão na organização do espaço.

De modo geral, a rede urbana brasileira se mantém concentrada, mas se verifica a expansão das aglomerações urbanas, tanto no sentido espacial quanto em sua reprodução em novas localizações em território nacional,

e a consolidação das principais centralidades, agora incorporando extensas áreas aglutinadas, que configuram arranjos urbano-regionais. Neles se constata a concentração da riqueza em um número limitado de grandes centralidades, com forte assimetria entre a economia dos centros e das periferias.

Confirma-se que a criação das externalidades que privilegiam os arranjos urbano-regionais decorre (de) e envolve municípios ou partes de seu território que já detêm um mínimo de condições técnicas, científicas, institucionais e culturais capazes de contribuir no processo de transformação. Favorecidos pela proximidade, tais municípios qualificam-se para a atração e sustentação de atividades e investimentos, portanto, para a acumulação e reprodução do capital, passando a condicionar a organização da base produtiva. Os municípios ou partes do território de alguns não dotados dessas condições ou com pouca capacidade de articulação para conseguirem um salto de qualidade permanecem marginais ao processo, registrando os limites da amplitude das possibilidades sinérgicas do efeito-proximidade.

Os arranjos urbano-regionais conformam, assim, um território diverso e desigual, que concentra ao mesmo tempo riqueza e escassez, no qual coexistem múltiplos tipos de

atividades beneficiadas pelas externalidades da economia de aglomeração e pelas relações de proximidade. Tais condições remetem a novos desafios de gestão e exigem a reorientação do perfil de políticas públicas, adequando-as a essa natureza e dimensão híbrida. Políticas que efetivem e reproduzam as tendências impulsoras do desenvolvimento, neles verificadas, mas que sejam mais abrangentes, e que sua implementação se abra ao diálogo necessário entre as várias escalas em interação, operando em dimensão transescalar. Na garantia de estratégias de desenvolvimento, essas políticas devem organizar as relações e resgatar o território em sua totalidade.

Ao fim e ao cabo, tais políticas públicas devem contemplar a outra divisão do trabalho, como ressalta Santos (2006), decorrente da grande mobilidade de atores em quadros ocupacionais não formais, sobreviventes na flexibilidade tropical. Dessa divisão do trabalho, há que se valorizar o efeito de vizinhança emergente da força diversificada e renovadora das massas em movimento. Força que constrói localmente novas solidariedades e negociações cotidianas entre territórios, e que podem fortalecer horizontalmente e igualitariamente esses arranjos, incorporando municípios, regiões e segmentos ora excluídos.

### **Rosa Moura**

Geógrafa. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano. Curitiba, Paraná, Brasil.  
rosamoura@ipardes.pr.gov.br

## Notas

- (\*) A autora agradece a contribuição de Olga Lucia C. de F. Firkowski, pela orientação e debate teórico-conceitual ao longo de toda a pesquisa que resultou na identificação e análise dos arranjos urbano-regionais no Brasil, voltada à obtenção do título de doutora dentro do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná.
- (1) Ruiz e Pereira (2008) tomam como universo de pesquisa as unidades adotadas pelo Observatório das Metrôpoles para a classificação das regiões metropolitanas (Ribeiro, 2009), ou seja, RMs e RIDEs institucionalizadas, capitais de estados e suas respectivas aglomerações urbanas, reunindo a esses 37 espaços urbanos a RIDE Petrolina/Juazeiro. Os 38 GEUBs agregam 489 municípios, aproximadamente 76 milhões de habitantes (45% da população nacional) que possuem uma renda agregada mensal de aproximadamente R\$ 31 bilhões (61% da renda nacional, em 2000). Cabe observar que aglomerações urbanas importantes, como por exemplo Caxias do Sul, pelo fato de não terem sido institucionalizadas como RMs, e por não serem polarizadas por capitais, foram desconsideradas pelo estudo, integrando, em alguns casos, as áreas de influência dos GEUBs polarizados pelas capitais.
  - (2) O indicador de capacidade tecnológica resulta da média da participação do GEUB no total das patentes nacionais, artigos científicos, população com mais de 12 anos de estudo e valor bruto da transformação industrial (VTI) das firmas que inovam em produto e processo, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) e da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), ambas do IBGE, 2000 (Ruiz e Pereira, 2008).
  - (3) Lemos et al. (2005) também emprega em seus estudos o método de análise exploratória espacial, fazendo uso da estatística Moran local, como indicador da significância e do sentido da autocorrelação espacial. Utilizam o VTI, de 2000, do município (relativo à média de seus vizinhos) na construção da tipologia, e a PINTEC, de 2000, do IBGE, nas análises para avaliar a inovação e diferenciação de produtos. No estudo das AIEs, a definição incorpora apenas os municípios cujo produto industrial (VTI) está estatisticamente correlacionado com a média de seus vizinhos, compondo quatro tipos: HH, HL, LH e LL. “Do ponto de vista da identificação das AIEs, o primeiro tipo (HH) é o único relevante, pois expressa a correlação espacial de dois ou mais municípios com elevado produto industrial, sugerindo a existência de transbordamentos e encadeamentos produtivos espaciais, através de complementaridades e integração industrial regional” (Lemos et al., 2005, p. 342).
  - (4) Inversamente, a conceituação de Milton Santos (1996, 1999) entende as relações “horizontais” como as de proximidade, enquanto as “verticais” expressam aquelas entre pontos distantes, sob conexões em rede.
  - (5) Anota-se que reivindicações dessa ordem constituem a base dos grandes projetos urbanos para os quais se pleiteiam financiamento, com vistas à adequação das cidades para os jogos da Copa do Mundo de 2014.

## Referências

- ANSELIN, L. (1995). Local indicators of spatial association – LISA. *Geographical Analysis*. Columbus, Ohio, v. 27, n. 2, pp. 94-115.
- ASCHER, F. (1995). *Metápolis ou l'avenir des villes*. Paris, Odile Jacob.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. (org.) (1994). *As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras, Celta.
- BRANDÃO, C. A. (2007). *Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, Editora da Unicamp.
- BRASIL (2008). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. Estudo da dimensão territorial para o planejamento: III. Regiões de referência. Brasília, MP/SPI (5v.).
- CANO, W. (1995). “Auge e inflexão da desconcentração econômica regional”. In: AFFONSO, R. e SILVA, P. L. B. *A federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo, Fundap.
- CARAVACA BARROSO, I. C. (1998). Los nuevos espacios ganadores y emergentes. *EURE*. Santiago de Chile, v. 24, n. 73, pp. 5-30, dic.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G. (2003). *Espaços urbanos: uma proposta para o Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.
- DAVIDOVICH, F. (2004). “A ‘volta da metrópole’ no Brasil: referências para a gestão territorial”. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro, Fundação Perseu Abramo/FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.
- DINIZ, C. C. (1993). Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 31, n. 11.
- \_\_\_\_\_ (1999). “A nova configuração urbano-industrial no Brasil”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, v. 2. *Anais...* Belém, ANPEC.
- DINIZ, C. C. e CAMPOLINA, B. (2007). A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções. *EURE*. Santiago de Chile, v. 33, n. 98.
- DINIZ, C. C. e CROCCO, M. A. (1996). Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova economia*. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, pp. 77-103.
- GILLY, J.-P. e LUNG, Y. (2005). Proximités, secteurs et territoires. *Cahiers du GRES* (Groupement de Recherches Economiques et Sociales). Bordeaux/Toulouse, Cahier n. 9, mai. Disponível em: <www.gres-so.org>. Acesso em: out. 2008.
- IBGE (2008). *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro.
- IPARDES (2000). Redes urbanas regionais: Sul. Brasília, IPEA (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, Unicamp/IE/Nesur, Ipardes.
- IPEA (2002). Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, Unicamp/IE/Nesur.

- LEMOS, M. B.; MORO, S.; DOMINGUES, E. P. e RUIZ, R. M. (2005). "A organização territorial da indústria no Brasil". In: DE NEGRI, J. A. e SALERNO, M. S. (org.). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília, IPEA.
- LENCIONI, S. (2003a). A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUR, maio. 1 CD-ROM.
- \_\_\_\_\_ (2003b). "Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo". In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A. e GALVÃO, A. C. F. (org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo, Editora da Unesp/Anpur.
- MARKUSEN, A. (2005). "Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator". In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- MORO, S.; LEMOS, M. B.; DOMINGUES, E. P.; RUIZ, R. M. e FREITAS, F. (2006). "A dimensão espacial do potencial exportador das firmas industriais brasileiras". In: DE NEGRI, J. A. e ARAÚJO, B. C. (org.). *As empresas brasileiras e o comércio internacional*. Brasília, IPEA.
- MOURA, R. (2009). *Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba*. Tese de Doutorado em Geografia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
- PACHECO, C. A. (1998). *A fragmentação da nação*. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp.
- PERCQUEUR, B. e ZIMMERMANN, J. B. (2005). "Fundamentos de uma economia da proximidade". In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG.
- PRADILLA, E. (1997). Regiones o territorios, totalidad y fragmentos: Reflexiones críticas sobre el estado de la teoría regional y urbana. *EURE*. Santiago de Chile, v. 22, n. 68, pp. 45-55.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (2009). *Hierarquização e identificação dos espaços urbanos*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles.
- RIBEIRO, L. C. de Q. e RODRIGUES, J. M. (2008). Decadência das metrópoles e paraíso das cidades médias? Observatório das Metrôpoles. Boletim Semanal, 23/07/2008. Disponível em: [http://web.observatoriodasmetrosoles.net/index.php?view=article&catid=34%3Aartigos&id=602%3Adecadencia-das-metrosoles-e-paraíso-das-cidades-medias&option=com\\_content&Itemid=82](http://web.observatoriodasmetrosoles.net/index.php?view=article&catid=34%3Aartigos&id=602%3Adecadencia-das-metrosoles-e-paraíso-das-cidades-medias&option=com_content&Itemid=82). Acesso em: dez. 2009.
- RUIZ, R. M. e PEREIRA, F. B. (2007). Estrutura e dinâmica espaço-temporal das metrópoles brasileiras. Relatório de Pesquisa apresentado ao Observatório das Metrôpoles/Projeto Instituto do Milênio-CNPq, setembro, 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/produutos/Geubs-E-Mapas-Download.pdf>. Acesso em: mar. 2008.
- \_\_\_\_\_ (2008). Estrutura e dinâmica espaço-temporal das metrópoles brasileiras. Áreas de polarização das aglomerações populacionais e econômicas. Relatório de Pesquisa apresentado ao Observatório das Metrôpoles/Projeto Instituto do Milênio-CNPq, novembro. Disponível em: [http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com\\_chronocontact&chronoformname=recerberquivo&arquivo=produtos/Geubs-E-Mapas-Download.pdf](http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_chronocontact&chronoformname=recerberquivo&arquivo=produtos/Geubs-E-Mapas-Download.pdf). Acesso em: nov. 2008.
- SANTOS, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_ (1996). *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec.

- SANTOS, M. (1999). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2006). "Por uma epistemologia existencial". In: LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L. e ARROYO, M. (org.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires/São Paulo, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)/Universidade de São Paulo.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record.
- SASSEN, S. (1998). *As cidades na economia global*. São Paulo, Studio Nobel (Série Megalópolis).
- \_\_\_\_\_. (2007). El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. *EURE*. Santiago, v. 33, n. 100, pp. 9-34, dez.
- SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W. e STORPER, M. (2001). Cidades-regiões globais. *Espaço e Debate*. São Paulo, n. 41, pp. 11-25.
- STORPER, M. e VENABLES, A. J. (2005). "O burburinho: a força econômica da cidade". In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- TORRE, A. e RALLET, A. (2005). Proximity and localization. *Regional Studies*. Seaford, v. 39, n. 1, pp. 47-59.
- VELTZ, P. (1996). *Mondialization. Villes et territoires. L'économie d'archipel*. Paris, Presses Universitaires de France.
- VILLORO, J. (2007). El olvido. Un itinerario urbano. Foro Universidad y Cambio de Época. Ética y Estética de la Ciudad. Percepciones, Realidades y Encuentros. Ponencia magna. Universidad Iberoamericana Puebla. Puebla, México, octubre.

Texto recebido em 21/jan/2010  
Texto aprovado em 24/mar/2010

